

## **Carlos Lacerda: de demolidor de presidentes a construtor de estado**

**Marly Motta**

Pesquisadora CPDOC/FGV

Em plena crise do governo Collor, o cartunista Ziraldo publicou na *Folha de S. Paulo* (4/7/1992) uma charge em que lamentava a falta de um “Carlos Lacerda”. Referia-se, evidentemente, ao “demolidor de presidentes”, símbolo de um tipo de oposição política marcada pela virulência dos ataques. A lembrança provocou, no entanto, reações contraditórias, devido ao temor dos estragos que a radicalização característica do lacerdismo poderia infringir às instituições do país.

Carlos Frederico Werneck de Lacerda nasceu em 1914, no Rio de Janeiro. Era neto de Sebastião Lacerda, prestigiado representante da oligarquia fluminense, mas também era filho de Maurício de Lacerda, político com destacada atuação na luta pelos direitos dos operários, e sobrinho de Fernando e Paulo Lacerda, líderes do Partido Comunista Brasileiro. Seu nome era uma homenagem a Karl Marx e Friedrich Engels. Em 1934, abandonou o curso de direito para se dedicar inteiramente à militância na Aliança Nacional Libertadora (ANL), organização que reunia a oposição de esquerda ao governo Vargas. A violenta repressão ao movimento comunista de novembro de 1935 o levou à clandestinidade até 1938, quando foi trabalhar na revista *O Observador Econômico e Financeiro*. Um artigo seu, publicado na edição de janeiro de 1939, foi considerado prejudicial ao PCB e provocou sua “expulsão” do partido, do qual, aliás, nunca fora membro. Em plena ditadura do Estado Novo, obrigado a abandonar o círculo intelectual e político da esquerda, associou então, ao antigetulismo trazido da juventude, um forte anticomunismo.

Lacerda ganhou notoriedade como jornalista ao publicar no *Correio da Manhã*, em 22 de fevereiro de 1945, a entrevista com José Américo de Almeida, em que este, rompendo o bloqueio da censura à imprensa, criticava o regime ditatorial de Vargas. No mesmo jornal, lançou a coluna “Na tribuna da imprensa”, destinada a cobrir os trabalhos da Assembléia Constituinte (1946). Seria este o trampolim de onde daria seus primeiros saltos rumo à política. Filiado à União Democrática Nacional (UDN), foi o candidato

mais votado na eleição de 1947 para a Câmara Municipal do Rio de Janeiro, então Distrito Federal. A experiência parlamentar durou apenas um ano, já que renunciou ao mandato por discordar da Lei Orgânica do DF, que dava aos senadores, e não aos vereadores, o poder de examinar os vetos do prefeito carioca, o qual, por sua vez, era indicado pelo presidente da República.

Deixando de lado a vida parlamentar, Lacerda decidiu, no final de 1949, fundar seu próprio jornal, a *Tribuna da Imprensa*, de onde iria comandar uma campanha implacável contra Getúlio Vargas, eleito em 1950 para presidir o país. Um de seus principais alvos passou a ser a *Última Hora*, de propriedade de Samuel Wainer, amigo dos tempos de esquerda, a quem acusava de ter obtido empréstimos favorecidos junto aos bancos oficiais para fundar um jornal governista. Foi a pedido de Wainer que o caricaturista Lan desenhou Lacerda como um corvo, símbolo de mau agouro e de morte.

Mais do que uma rima, agosto de 1954 foi um mês de desgosto para a política brasileira. Na madrugada do dia 5, Lacerda sofreu um atentado na entrada do edifício onde morava na rua Tonelero, em Copacabana. Foi ferido no pé, mas o major-aviador Rubens Vaz, que naquele dia lhe dava proteção, foi morto. Os tiros na Tonelero foram o golpe fatal no cambaleante governo de Vargas, que, à renúncia, preferiu o suicídio. Chamado de “assassino de Vargas”, Lacerda teve que se esconder para escapar da fúria da multidão, que acorreu às ruas para chorar a morte do “pai dos pobres”.

No entanto, pouco mais de um mês depois do suicídio, Lacerda derrotou um Vargas. Não Getúlio, é claro, mas Lutero, seu filho e presumido herdeiro político. Na eleição de 3 de outubro, foi o deputado federal mais votado no Distrito Federal com uma diferença de quase 40 mil votos sobre o segundo colocado, Lutero Vargas.

A fama de “demolidor de presidentes” se firmaria em novembro de 1955, quando assumiu a liderança civil do movimento que tentou impedir a posse dos eleitos em outubro, Juscelino Kubitschek e João Goulart. Como escreveu em editorial da primeira página da *Tribuna*, no dia 9, “esses homens não podem tomar posse; não devem tomar posse; não tomarão posse”.

O fracasso do movimento golpista de 11 de novembro, devido à pronta reação do ministro da Guerra, general Lott, levou Lacerda a permanecer fora do país até outubro de 1956. Para se precaver contra sua volta à cena política, Juscelino anexou uma nova cláusula aos contratos de concessão de rádio e TV, mediante a qual os concessionários

seriam punidos com suspensão por 30 dias no caso de transmitir programas “insultuosos às autoridades públicas”. Segundo confissões do próprio ex-presidente, a primeira pessoa em quem pensava ao acordar era Carlos Lacerda.

Na Câmara dos Deputados, onde permaneceu de 1955 a 1960 – em 1958, foi, mais uma vez, o recordista de votos para a bancada do Distrito Federal –, Lacerda foi o tribuno implacável, dono de uma oratória que, segundo contemporâneos, “cortava os ares como rajadas de fogo”. A transformação da cidade do Rio de Janeiro em estado da Guanabara, devido à transferência da capital para Brasília em abril de 1960, abriu uma nova perspectiva para a sua carreira política: ser o primeiro governante do Rio eleito diretamente pelos cariocas.

Logo no início da campanha, Lacerda recebeu um precioso conselho: o momento não era de demolir, e sim de construir. Ganharia a eleição o candidato que se mostrasse mais capaz de conciliar a construção da nova Guanabara com a manutenção de um lugar privilegiado para o Rio de Janeiro na federação, como ex-capital. Em 1960, o eleitorado foi às urnas para eleger não só o governador do estado, mas também o sucessor de JK na presidência da República. Jânio Quadros venceu o general Lott com uma margem mais confortável que a de Lacerda sobre seus opositores, o deputado Sérgio Magalhães (PTB-PSB) e Tenório Cavalcanti, político do município de Duque de Caxias, que conseguiu arrebanhar mais de 20% dos votos cariocas.

Vencida a eleição, o grande desafio era: como um político nacional, radical, que desprezava a “política da conversa”, poderia articular apoios para governar, fazer alianças com os grupos locais, construir, enfim, as bases políticas de um novo estado? Lacerda apostou na montagem de um governo “técnico”, constituído com base em critérios de impessoalidade, neutralidade e racionalidade. A despolitização da administração pública pareceu ser o melhor antídoto para preservá-la das disputas políticas, já que o governador era um dos mais importantes pólos dessa disputa.

A atenção dedicada ao governo estadual não reduziu, no entanto, a participação de Lacerda na política nacional. O discurso que fez na televisão no dia 24 de agosto de 1961, denunciando a manobra golpista de Jânio, de quem havia sido aliado e com quem rompera pouco depois da posse, provocou a renúncia do presidente no dia seguinte. A fama de “demolidor de presidentes” voltou com força, ainda mais pela movimentação subsequente para impedir a posse do vice João Goulart, o herdeiro do getulismo.

A ida de Jango para a presidência da República, garantida pela Campanha da Legalidade, orquestrada pelo governador gaúcho por Leonel Brizola, criou um estado de permanente tensão entre o governo federal e o da Guanabara. O ano de 1963 foi decisivo nesse embate: um plebiscito restaurou os poderes presidenciais de Goulart, depois da breve experiência parlamentarista, e Lacerda se lançou candidato a presidente da República nas eleições previstas para 1965.

Se o anticomunismo era uma importante bandeira em um Brasil marcado pela “guerra fria”, Lacerda sabia que, para convencer os eleitores a votar em um “reacionário”, seria preciso apresentar bons resultados à frente do governo da Guanabara. Educação, urbanização e habitação foram as áreas mais beneficiadas, e que até hoje, não por acaso, dão a Lacerda um lugar privilegiado na memória carioca. Contando com recursos externos e, principalmente, com receitas oriundas do aumento de impostos, o governador investiu tanto na construção de escolas, quanto de adutoras (Guandu), viadutos e túneis (Rebouças e Santa Bárbara) e parques (Aterro do Flamengo), firmando, assim, a imagem do administrador “tocador de obras”. Afinal, para enfrentar JK, o construtor da Novacap (Brasília), e seu possível rival em 1965, Lacerda teria de “reconstruir” a chamada Belacap.

Foi polêmica a decisão de remover algumas favelas da Zona Sul – o Pasmado foi uma delas – e de construir conjuntos habitacionais em subúrbios da Zona Oeste, como os de Vila Aliança e Vila Kennedy, para abrigar os favelados. A idéia de que o governador não gostava de “pobres”, vinda desde a época do suicídio de Vargas, foi alimentada pela chacina de mendigos ocorrida em 1962 – corpos foram encontrados no rio da Guarda –, e habilmente explorada por seus adversários. Tachado de “mata-mendigos”, Lacerda passou a ser acusado de pretender exterminar também os favelados.

A derrubada do governo Goulart pelo golpe militar de 1964, incentivado e apoiado pelo Palácio Guanabara, não ajudou a caminhada de Lacerda rumo a Brasília. Ao contrário. Decidido a exorcizar o fantasma do “demolidor”, o general-presidente Castelo Branco suspendeu as eleições previstas para 1965 e obteve a prorrogação de seu mandato até março de 1967. Derrotado na própria sucessão na Guanabara, quando seu candidato, Flexa Ribeiro, foi batido por larga diferença de votos por Negrão de Lima, candidato da aliança PTB-PSD, Lacerda teve que se defrontar com as mudanças institucionais impostas pelo regime militar: fim dos partidos políticos, imposição do

bipartidarismo e implantação de eleições indiretas para presidente da República e governador.

O estreitamento político em nível nacional, bem como a ocupação de espaços na política carioca por outros atores, como Chagas Freitas, levou Lacerda a apostar na Frente Ampla, de oposição ao regime militar, e a procurar dois antigos adversários, os ex-presidentes Kubitschek e Goulart, ambos cassados em 1964. A Frente Ampla fracassaria, e Lacerda também seria cassado, em 30 de dezembro de 1968, em seguida ao AI-5. Nove anos depois, a perspectiva da abertura política o animou a dar uma longa entrevista de história de vida ao *Jornal da Tarde* (SP), entre 19 de março e 16 de abril de 1977. Como disse na ocasião, “ainda não estava na idade de sair da política”. No entanto, a morte súbita em 27 de maio, aos 63 anos, contrariou suas previsões.

Escolhido como modelo de governante pelos candidatos vitoriosos nas últimas eleições para prefeito do Rio, sempre lembrado em momentos de crise política – acossado pelo clamor “Fora, FHC!” patrocinado pelo PT, o presidente Fernando Henrique Cardoso associou o movimento ao lacerdismo em sua “ânsia de quebrar regras e de desrespeitar o voto popular”; transformado em governo, o PT acusou “setores conservadores” de tentarem reeditar o “lacerdismo de opereta” –, Lacerda ocupa um lugar especial no imaginário político nacional e carioca, já que encarna, ao mesmo tempo, o tribuno incendiário, “demolidor de presidentes”, e o administrador competente, o “construtor da Guanabara”.

MARLY MOTTA é pesquisadora do CPDOC-FGV e autora de *Saudades da Guanabara* (Editora FGV, 2000) e de *Rio, cidade-capital* (Zahar, 2004).

### **Para saber mais**

1. BENEVIDES, Maria Vitória. *A UDN e o udenismo: as ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-65)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.
2. DULLES, John W. Foster. *Carlos Lacerda: a vida de um lutador (1914-1960)*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1992, v. 1.
3. \_\_\_\_\_. *Carlos Lacerda: a vida de um lutador (1960-1977)*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2000, v. 2.
4. FERREIRA, Jorge. Crises da República: 1954, 1955 e 1961. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.
5. LACERDA, Carlos. *Depoimento*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1978.